



<https://doi.org/10.25115/riem.v15i1.10769>

ISSN: 2173-1950

“Eu tenho que lutar, não posso deixar-me cair no chão”: mulheres migrantes e o trabalho de cuidado

Cristiane Batista Andrade^{1*}, Fernanda Mendes Lages Ribeiro², Camila Athayde de Oliveira Dias³, Tatiana Giovanelli Vedovato⁴, Corina Helena Figueira Mendes⁵

Resumo: As mulheres migrantes enfrentam percalços ao longo de seus processos migratórios a depender da classe social, raça/etnia, gênero, status migratório, nacionalidade, dentre outros. A partir da perspectiva interseccional e das marcas das opressões, o objetivo do texto é analisar o trabalho de cuidado realizado por quatro mulheres migrantes no Brasil, seus desafios e seus agenciamentos, compreendendo suas (re)existências face aos processos migratórios, às opressões interseccionais e os cuidados que realizam para seus enfrentamentos, e à precarização laboral e econômica. Como caminho metodológico, realizamos quatro entrevistas individuais na modalidade virtual devido ao período pandêmico (período entre 2022 e 2023) e produzimos diários de campo, guiando nossas reflexões por meio da história oral e da análise de conteúdo temática. Como categorias de análise elencamos: os desafios dos processos migratórios e as opressões; o cuidado como enfrentamento das opressões; e o cuidado como subsistência econômica e familiar. Os resultados apontam a complexidade do trabalho de cuidado de si, familiar e comunitário, mostrando o quanto ele é importante para a manutenção da cultura e da língua, para as adaptações no Brasil, para o cuidado à distância aos familiares que permaneceram na terra natal e para os enfrentamentos das violências raciais, xenofóbicas, sexistas e machistas. O cuidado garante a manutenção

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, Brasil. cristiane.andrade@fiocruz.br *Autora de correspondência

² Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. fefe.mendeslr@gmail.com

³ Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, Brasil. camilaathayderj@gmail.com

⁴ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil. tatigiovedovato@gmail.com

⁵ Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, Brasil. corina.mendes@fiocruz.br

cultural e afetiva de seus saberes entre família e grupos, e é por meio dele que as migrantes tentam se integrar no mercado de trabalho para a subsistência econômica e familiar. Com relação aos seus protagonismos, verificamos que elas lideram movimentos sociais em busca de seus direitos como migrantes latino-americanas e livres de todas as formas de violências, enfatizando a necessidade de políticas públicas de trabalho e de saúde eficazes para as pessoas em deslocamentos.

Palavras-chaves: migração, trabalho, cuidado, mulheres.

“I have to fight, I can’t let myself fall to the ground”: migrant women and care work

Abstract: Migrant women face obstacles throughout their migration processes depending on social class, race/ethnicity, gender, migratory status, nationality, among other factors. From an intersectional perspective and considering the marks of oppression, this text aims to analyze the care work carried out by four migrant women in Brazil, their challenges and their agency, understanding their (re)existences in the face of migratory processes, intersectional oppressions, the care they provide to cope with them, and labor and economic precarity. As a methodological approach, we conducted four individual interviews virtually due to the pandemic period (between 2022 and 2023) and produced field diaries, guiding our reflections through oral history and thematic content analysis. Our categories of analysis included: the challenges of migratory processes and oppressions; care as a means of confronting oppressions; and care as economic and family subsistence. The results highlight the complexity of self-care, family care, and community care, showing how important it is for maintaining culture and language, for adapting to life in Brazil, for providing long-distance care to family members who remained in their homeland, and for confronting racial, xenophobic, sexist, and patriarchal violence. Care ensures the cultural and emotional preservation of their knowledge within family and groups, and it is through this care that migrants attempt to integrate into the labor market for economic and family subsistence. Regarding their leadership roles, we observed that they lead social movements seeking their rights as Latin American migrants, free from all forms of violence, emphasizing the need for effective public policies on work and health for people in displacement.

Keywords: migration, work, care, women.

1. Introdução

Partindo do pressuposto de que os deslocamentos de mulheres são uma realidade cada vez mais presentes em suas vidas, interessa-nos entender como elas realizam o trabalho de cuidado, seja ele remunerado ou não. Este trabalho se relaciona com as atividades de atenção e manutenção de demandas de pessoas, como tomar conta de crianças, idosos e/ou pessoas com autonomia comprometida, administrar funções domésticas, e atuar com os serviços de limpeza, organização da casa e preparação de comida, podendo ser remuneradas ou não. Além disso, o trabalho é exercido nas relações familiares, como nas funções socialmente atribuídos à maternidade e envolve relações afetivas entre quem cuida e quem é cuidado (Hirata, 2022; Soares, 2012). Geralmente, é um trabalho penoso, sofrível, intenso e mal remunerado na esfera econômica e produtiva, sendo desempenhado, especialmente, pelas mulheres pobres, negras e migrantes (Andrade, 2023; Garcés-Estrada et al., 2022; Hirata, 2022).

Entretanto, como diz o título do artigo enunciado por uma migrante: “Eu tenho que lutar, não posso deixar-me cair no chão”, partimos da compreensão de que o cuidado permeia os desafios para elas não “deixarem cair no chão”. Com base no trabalho de cuidado é que elas enfrentam os desafios e obstáculos para se deslocarem na América Latina pela necessidade econômica e/ou pela mobilidade forçada em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Para além da perspectiva econômica de ser um trabalho mal remunerado (Andrade et al. 2022; Andrade, 2023; Garcés-Estrada et al., 2022; Hirata, 2022), as migrantes cuidadoras têm suas histórias interseccionadas pelo gênero, raça/etnia⁶ classe social e *status* migratório, envolvidas por opressões, mas também por muitas estratégias de resistências. É no trabalho do cuidado que encontram caminhos para a subsistência familiar, elaboram suas emoções face às precarizadas condições de trabalho, sentindo no corpo os pesos do trabalho, das tensões e das mudanças geográficas, territoriais, culturais, dentre outras. Associado a isso, podem experienciar violências xenofóbicas, exacerbadas pela crise sanitária da covid-19 (Garcés-Estrada et al., 2021).

Se, por um lado o trabalho de cuidado é utilizado para a exploração das mulheres na sociedade capitalista (Andrade et al. 2022; Andrade, 2023; Garcés-Estrada et al., 2022;

⁶ Ao longo do texto, utilizamos raça/etnia, pois partimos do pressuposto de que a concepção de raça foi construída pelo processo de colonização, em que a colonialidade hierarquizou as pessoas brancas das negras/indígenas, colocando estas últimas em posição de subordinação e de exploração para a consagração do poder político, econômico e geográfico do continente europeu. Assim, o racismo constitui uma das opressões enfrentadas pelos povos originários e africanos (Quijano, 2005).

Hirata, 2022), por outro, bell hooks (2019a, 2022) também o entende como uma estratégia de manutenção das relações comunitárias e afetivas, como o respeito, o comprometimento, a dedicação e o amor para com outras pessoas, passando de geração a geração. Associado a isso, hooks (2019a) acrescenta que o desenvolvimento de atividades de cuidado desempenhadas pelas mulheres negras é uma das formas de lidar com as opressões racistas e patriarcais, entendendo a esfera privada como um espaço de resistência. Ou seja, a autora entende que é uma das maneiras de manter vínculos e afetos e tornar a casa um espaço político: “Pois quando um povo não tem mais espaço para construir um lar, não se pode mais construir uma comunidade de resistência” (hooks, 2019a, p. 113).

A afirmativa de bell hooks (2019a) sobre o cuidado comunitário nos faz questionar o que acontece com mulheres que se deslocam em busca de melhores condições de vida e necessitam deixar seus lares, família, filhas(os) e terra natal, buscando se integrarem em outros espaços geográficos, por vezes, com suas famílias e filhas(os). Estariam elas usando o cuidado como um trabalho, como uma estratégia de sobrevivência e/ou como um subsídio para a manutenção de suas histórias, origens e raízes? Em que medida se interseccionam? Esses são os questionamentos que esse manuscrito pretende discorrer.

Portanto, o objetivo do texto é analisar o trabalho de cuidado realizado por quatro mulheres migrantes no Brasil, seus desafios e seus agenciamentos, compreendendo suas (re)existências face aos processos migratórios, às opressões interseccionais, às contradições do cuidado (cuidado de si, relações comunitárias e familiares) e à precarização laboral e econômica.

2. Marco teórico

2.1 Nem tão longe assim: a colonialidade do gênero, o trabalho de cuidado e as migrantes

Um dos caminhos possíveis para compreendermos as opressões de mulheres na sociedade capitalista e o cuidado como uma atividade desempenhada, predominantemente, pelas pobres, negras, indígenas e migrantes (remunerado (Andrade et al. 2022; Andrade, 2023; Hirata, 2022) é por meio do diálogo com os feminismos decoloniais e com autoras que se dedicam à interseccionalidade, pois historicizam as marcas da colonialidade, tal como María Lugones (2014; 2020), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), Lélia Gonzalez (2020), bell hooks (2019a; 2019b; 2022), dentre outras. De acordo com Collins e Bilge (2021), a historicidade dos processos

sociais são fundantes para complexificar as opressões contra as mulheres. Logo, trazemos essa perspectiva para compreender o cuidado desempenhado pelas mulheres migrantes ao longo de seus percursos migratórios.

Para Lugones (2014; 2020), a colonização europeia, ao explorar povos de outros continentes, os classificou como humanos e não humanos, colocando as(os) africanas(os) e indígenas em posição de subalternidade, portanto, submetidos a situações de exploração e de extrema violência, como a sexual, o racismo e homicídios. Evidentemente, estas violências não foram exercidas sem resistências daquelas(es) que estavam sob o crivo das explorações coloniais (Lugones, 2014), que elaboraram coletivamente estratégias para tanto.

A colonialidade do gênero evidencia que os saberes das mulheres sofreram influências do processo de colonização, pois foram subalternizados pelos conhecimentos brancos, europeus, capitalistas e colonizadores, sendo estes considerados os de maior valoração social. No entanto, não foi, e não é, apenas isso. As mulheres, submetidas à colonialidade do gênero – que ainda permanece subjetiva e materialmente entre nós –, tiveram suas sabedorias relativas à natureza, à agricultura e suas práticas sexuais e reprodutivas apagadas pelo novo sistema moderno colonial (Lugones, 2014; 2020).

Associado a isso, a atividade de prestação de serviços, incluindo o trabalho doméstico, foi delegada, sobretudo, às mulheres negras e pobres e, por estar totalmente enraizado no padrão colonial, foi e ainda permanece mal remunerada, desvalorizada, subalternizada em um local de uso e abuso dessas mulheres, em que a exploração do sistema capitalista e colonial ainda se faz presente. Não sem razão, são as empregadas domésticas e as diaristas que realizam o trabalho de cuidado nas casas de pessoas brancas (Gonzalez, 2020; hooks, 2019b), muitas vezes, ainda sem ter direitos trabalhistas, a despeito da Lei Brasileira nº 150/2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. A mobilização social, levada a cabo na sociedade brasileira pela ocasião da votação e aprovação da lei contra sua instituição, nos serve como um analisador da permanência da colonialidade entre as classes médias e altas (Agência Senado, 2023).

Ao analisarmos o trabalho de cuidado de mulheres que se deslocam na tentativa de encontrar melhores condições de trabalho e de vida, como é o caso de migrantes, é preciso considerar que os fluxos migratórios e as opressões de raça, classe social e gênero compõem um sistema de opressão imbricado que produz e reproduz desigualdades, reafirmando as diferenças entre elas. Ao se deslocarem, enfrentam os desafios de deixar

os cuidados familiares a outras mulheres, além de se inserirem em empregos de baixa remuneração e, frequentemente, informais, como o trabalho de cuidado. Em seus deslocamentos e no país de destino, enfrentam violências de gênero, raciais e xenofóbicas. Outro ponto a ser considerado é que, a partir de sua condição, como nos casos de estarem indocumentadas, tendem a vivenciar circunstâncias maiores de vulnerabilização, nem sempre com a proteção do Estado (Andrade et al. 2022; Andrade, 2023; Garcés-Estrada et al., 2021, 2022).

É no trabalho de cuidado que muitas migrantes jovens encontram a possibilidade para ter uma renda, embora elas galguem outros caminhos como as atividades em outros setores e o ensino superior, para superar a precarização laboral: “Nesse contexto, o trabalho de cuidado torna-se um marcador de (im)possibilidades para essas mulheres e suas filhas, expressando como a construção de gênero, a etnicização e a racialização do mercado de trabalho levam à criação de nichos de trabalho com alta participação de mulheres.” (Magliano e Zenklusen, 2021, p. 172).

Em outras palavras, ao interseccionarmos as análises e expandirmos a compreensão de suas opressões, percebemos que a colonialidade do gênero se faz presente e se atualiza, estando muito mais perto do que poderíamos ingenuamente supor, e não está nem tão longe assim, contribuindo ativamente para as violências de gênero, raça/etnia e xenofóbicas. No entanto, é também pela perspectiva dos agenciamentos dessas mulheres face às suas opressões que buscamos refletir sobre as suas resistências, especialmente pela perspectiva subjetiva: “[...] Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/ as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder” (Lugones, 2014, p. 940).

3. Método

3.1 As trilhas percorridas pela pesquisa

Esta pesquisa é parte das experiências das autoras com o tema da migração, trabalho, cuidado e violências, especialmente a partir de um projeto maior desenvolvido entre 2021 e 2023, cujo objetivo foi escutar migrantes na cidade do Rio de Janeiro/Brasil sobre as suas experiências sobre esses temas, tendo participado como sujeitas(os) da pesquisa quatro mulheres e quatro homens, além de cinco gestoras(os) do setor saúde e de Organizações da Sociedade Civil (OSC) que acolhem e prestam assistência a migrantes.

Antes da realização das entrevistas, em janeiro de 2022, iniciamos a construção do projeto para o envio ao Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 58450522.0.0000.5240) da instituição à qual as autoras pertencem, tendo sido aprovado em junho de 2022, sob o parecer no. 5.487.590. Após a aprovação ética, demos início aos contatos com as(os) migrantes.

O convite à participação na pesquisa se deu de duas maneiras: uma por meio do Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População Migrante e Refugiada da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, do qual duas autoras fazem parte e onde há participação ativa de migrantes. O convite foi realizado em uma reunião do comitê e por mensagem no seu grupo de *WhatsApp*, com autorização da coordenadora e da Coordenação da Secretaria Estadual de Saúde. Após este procedimento, algumas(ns) migrantes entraram em contato, e outras(os) foram convidadas(os) individualmente por nós. Além desse caminho, as autoras também realizaram o convite às pessoas migrantes que eram conhecidas de suas redes sociais, amigas(os) e familiares, o que foi profícuo para conhecer migrantes que não faziam parte do comitê.

Após o convite, somente uma migrante negou a participação na pesquisa em decorrência do pouco tempo para ceder o depoimento. Os critérios de inclusão para a entrevista foram: estar há pelo menos um ano no Brasil, por terem mais familiaridade com a língua portuguesa e experiências no território brasileiro; aceitar assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas ocorreram entre os anos de 2022 e 2023.

Ressaltamos que este artigo retrata os achados do diálogo com quatro mulheres migrantes: uma colombiana, uma venezuelana, uma cubana e uma haitiana. As entrevistas mais longas, dentre as oito, foram as de três mulheres, entre 60 e 130 minutos, tendo sido realizadas na língua portuguesa, sendo autorizadas à gravação após a anuência do TCLE também na língua portuguesa. Nenhuma precisou do TCLE traduzido para sua língua materna. Nas entrevistas com as mulheres, três foram realizadas por duas pesquisadoras e, em uma delas, somente uma.

O estudo estabeleceu o uso de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro. A adoção da estratégia metodológica de realizar as entrevistas individuais de forma remota se deu por ainda estarmos no período pandêmico (2022 a 2023), em que os encontros presenciais ainda eram uma barreira, já que o processo de vacinação foi moroso no país. Entendendo também que trabalhadoras e trabalhadores migrantes estão em constante envolvimento com as atividades de trabalho para a subsistência familiar –

impossibilitando, por vezes, reuniões coletivas e deslocamentos –, optamos pelas entrevistas individuais. No processo de negociação, deixamos a opção de serem on-line ou presenciais, no entanto, todas as pessoas optaram pela modalidade virtual, sendo realizadas e gravadas pelo Google Meet, transcritas por especialistas e revisadas pela primeira autora. Todos os nomes foram trocados para o sigilo das participantes.

A entrevista é um recurso que privilegia o encontro entre quem entrevista e quem é entrevistado, tendo a finalidade de estabelecer um diálogo sobre as experiências em um determinado assunto. Dessa forma, ao cederem os depoimentos, as pessoas podem rememorar histórias e sentimentos e, em alguns casos, também são mobilizados afetos e até mesmo sofrimento (Sionek et al., 2020).

Este aspecto é de extrema importância, pois, embora este artigo não tenha predominantemente como foco as vivências de violências, estas perpassam as vidas das nossas interlocutoras. Assim, as pesquisadoras, ao se depararem com relatos de violências sofridas pelas mulheres migrantes, tornaram o cuidado ético um caminho metodológico da pesquisa. Após as entrevistas, perguntamos a todas como estavam se sentindo, se havia a necessidade de falar sobre seus sentimentos ou se gostariam que mediássemos a procura por ajuda profissional, mas nenhuma relatou a demanda de uma acolhida profissional. Passados alguns dias, as participantes foram contactadas pelo WhatsApp para saber se estavam bem. Todo esse processo relatado é indicado por autoras para o devido cuidado à dor emocional das entrevistadas (Sionek et al., 2020).

Salientamos que não foi fácil escutá-las. Inclusive, não é fácil falar sobre suas trajetórias, percursos, vidas e desafios diante das migrações forçadas. Ouvir suas histórias, os (des)encontros e os caminhos percorridos nos fez aproximar da escrita de Gloria Anzaldúa (2000), quando verbaliza o quão é difícil escrever sobre as nossas dores, suores e sofrimentos. São histórias marcadas por situações de violências, mas, ao mesmo tempo, por encontros e potencialidades que foram criando ao longo de suas trajetórias.

No apagar das luzes, ou melhor, no apagar da tela do computador, após cada entrevista, o choro veio fácil, pois fomos impactadas pelas narrativas, sobretudo com relação às migrações forçadas e seus tortuosos deslocamentos, fazendo-nos sentir e entender – mesmo que de maneira parcial – a colonialidade do gênero discutida por María Lugones (2014; 2020) e os efeitos deletérios do colonialismo e das opressões das mulheres de cor, nas palavras da autora. Em algumas situações, a escrita no diário de campo nos fez companhia para podermos ir tecendo os fios de suas narrativas, elaborando nossos incômodos e afetações (Kroeff et al., 2020). A realização desta técnica

foi essencial para construirmos as conexões diante da complexidade do tema e das falas das migrantes.

Outro percurso metodológico que escolhemos foi a história oral, uma vez que esta privilegia o processo de rememoração, trazendo à tona um determinado assunto, logo, ela “[...] permite não só reconstruir a história do tempo presente através da memória de três ou quatro gerações, mas possibilita que a pessoa que realiza esse depoimento coloque também a sua visão de mundo, a sua posição social e até as suas denúncias ao longo do seu relato” (Santhiago e Sinsom, 2024, p. 181). Portanto, no diálogo com essas mulheres, o ir e vir das memórias é recorrente, como os depoimentos de como era a vida no país de origem e no Brasil.

Para a tratativa dos achados, usamos a análise temática (AT), que visa: “[...] identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos” (Souza, 2019, p. 52), auxiliando à interpretação das narrativas. Esse é um procedimento que possibilita entrar em contato com os achados, e ir selecionando os principais temas e subtemas de interesse ou outros que possam surgir ao longo desse processo. Também foi importante o contato constante com a literatura sobre o tema (Souza, 2019).

Depois da leitura minuciosa das entrevistas, dentro do tema de trabalho de cuidado e migração, elencamos os seguintes eixos temáticos de análise por sua relevância empírica: a) os desafios dos processos migratórios e as opressões; b) o cuidado como enfrentamento das opressões e c) o cuidado como subsistência econômica e familiar.

4. Resultados

4.1. No meio do caminho tinha uma pedra: os desafios dos processos migratórios e as opressões

Neste item apresentamos as migrantes entrevistadas, discutimos seus processos migratórios e os percalços das opressões em seus deslocamentos.

Em cada encontro com as migrantes, fomos descobrindo e ouvindo as suas histórias e trajetórias. Mesmo as entrevistas tendo sido realizadas de maneira *on-line*, houve proximidade ao ouvi-las atentamente e ao imaginá-las em cada situação narrada. O fato da primeira autora ter realizado a entrevista sozinha com a venezuelana fez a sentir mais próxima dela e a “única” a ouvi-la nas quase três horas de entrevista.

Também o fato de termos ouvido de Dalva que “[...] a escolha de vir para cá [Brasil] foi assim, a escolha mais difícil da minha vida” nos fez refletir o quanto os processos de migração têm histórias, memórias, sabedorias, experiências, agenciamentos, e nem sempre são processos “escolhidos”. São percursos e percalços permeados por subjetividades e implicações individuais e coletivas, em que o cuidado vai sendo elaborado e vivido pelas mãos dessas mulheres à medida que vão conhecendo outros territórios, saberes e culturas.

A seguir, no quadro 1, apresentamos uma síntese de algumas características das migrantes entrevistadas.

Quadro 1. Síntese do perfil sociodemográfico das migrantes entrevistadas

Nome	Idade (anos)	Raça/color	Nacionalidade	Número de filhas(os)	Profissão
Lua	41	Preta	Colombiana	2	Cozinheira
Terra	48	Parda	Venezuelana	5	Professora e auxiliar comunitária
Vênus	30	Preta	Haitiana	0	Enfermeira e pós-graduanda em saúde coletiva
Dalva	53	Preta	Cubana	1	Física e cientista

Fonte: elaboração própria das autoras, 2025.

Sobre as migrantes, encontramos Lua, que é colombiana, tem 41 anos, viúva, preta e está há seis anos no Brasil. Aqui é vendedora de comida típica colombiana e tem dois filhos – um de 20 e outra de 23 anos, que a ajudam na composição da renda familiar. Os três possuem o status de refugiados. Ela veio ao Brasil na intenção de obter um emprego, tendo seus filhos permanecido na Colômbia até que pudesse ter condições financeiras para trazê-los. O Ensino Fundamental foi interrompido pela gravidez e pela necessidade de criar seus filhos, pois seu marido faleceu cedo. Atualmente, faz formação técnica de turismo na cidade do Rio de Janeiro em um curso gratuito e trabalha com a produção de comida de rua. Seu filho faz as entregas com uma bicicleta alugada. Quando não trabalha no setor alimentício, ela realiza faxina na casa de pessoas conhecidas. Durante a pandemia, recebeu o auxílio emergencial do governo federal.

Terra é venezuelana, tem 48 anos, cinco filhos e um neto, é casada, parda e tem status de refugiada. Seu companheiro é trabalhador de limpeza geral. Terra fez curso de

pedagogia e atuou como professora de Ensino Fundamental na Venezuela por dez anos. No Brasil, conseguiu a validação do diploma de Ensino Médio, o que não ocorreu com o Ensino Superior. Atualmente, faz curso de graduação em Serviço Social. No início de sua vida ao Brasil, trabalhou como babá, tendo relatado as dificuldades em validar o seu diploma. À época da entrevista, estava trabalhando em uma instituição do terceiro setor na acolhida a migrantes.

Vênus é haitiana, tem 30 anos, é preta, solteira e está no Brasil há dois anos. Fez graduação em Enfermagem no Haiti e atualmente faz Mestrado em Saúde Coletiva. Trabalhou quatro anos no Haiti como enfermeira, e aqui atuou no cuidado de idosos durante seis meses. Na época da entrevista, recebia bolsa de estudos para cursar o Mestrado.

Dalva é cubana, tem 53 anos, é preta, está há 12 anos no Brasil, é divorciada e tem uma filha e um neto. É graduada e tem Mestrado e Doutorado na área de ciências exatas, tendo deixado o país na intenção de continuar seus estudos e seguir na carreira de cientista. No Brasil, trabalha na área hospitalar. Antes de chegar ao Rio de Janeiro, morou no estado da Bahia.

Todas as migrantes mencionaram que a escolha pelo Brasil se deu pela tentativa de melhoria das condições de vida, sobretudo para Lua, Terra e Dalva, que vieram em condição de migração forçada. As quatro mulheres são oriundas de camadas populares e afirmam ter que lidar com condições econômicas adversas:

“Mas eu nasci em um bairro muito pobre, eu sou filha de uma mulher que nunca trabalhou, mas ela sempre trabalhou muito, porque era só trabalhar em casa, ela vivia para nós. Meu pai é mecânico, toda a família é negra. Tenho um primo que chegou a estudar medicina, mas somos negros pobres em Cuba” (Dalva, cubana).

“Não posso ir e voltar, a economia não está dando, não é? Então, eu decidi ficar fixo e trazer meu filho. Logo depois mandei trazer a minha filha” (Lua, colombiana).

As migrantes trazem em suas histórias as marcas dos obstáculos para o estudo, desde o Ensino Fundamental e Médio, assim como no Ensino Superior (graduação e pós-graduação). Foram comuns os depoimentos sobre a necessidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, especialmente para Lua: “porque no meu país [Colômbia], infelizmente, se você trabalha, não consegue estudar”. Vênus e Terra verbalizam que a concretização dos desejos pela carreira escolhida nem sempre foi possível, especialmente

pela questão econômica. Vênus, inicialmente, desejava cursar ciências da computação, mas, devido à questão financeira familiar, decidiu-se pela enfermagem.

As decisões de ter que deixar o país e suas dificuldades, incluindo o próprio processo migratório, foram verbalizadas por elas:

“E cheguei por Roraima, fugindo de uma realidade difícil do meu país. Eu já trabalhava, mas não estava indo, realmente o salário de maestro [professor], no meu caso, vou falar por mim, não estava satisfazendo as necessidades que eu queria, no momento, na realidade, para meus filhos, para mim e meu marido. [...] Eu também pensei no futuro, daqui há uns anos, como é que eu quero ver meus filhos? Então essa foi a realidade que surgiu em mim para fugir do meu país, buscando uma solução melhor” (Terra, venezuelana).

Assim como Dalva, que relata que vir para o Brasil foi uma das decisões mais difíceis de sua vida, para Terra, a saída da Venezuela foi tida como uma possibilidade de encontrar um caminho para que pudesse exercer a sua profissão de professora e poder garantir um “futuro” para os seus filhos. Entretanto, a validação dos diplomas é outro grave percalço na vida das migrantes, pois Terra (professora), Vênus (enfermeira) e Dalva (cientista) verbalizam a morosidade nos processos e o alto custo dos procedimentos, pois sem eles não conseguem a inserção no mercado de trabalho na área de formação. Terra narra, com muita emoção, que não pode validar seu diploma de professora de Ensino Fundamental no Brasil, tendo que procurar emprego como babá e auxiliar comunitária em uma instituição do terceiro setor, reiterando o lugar do cuidado reservado socialmente para as mulheres.

Já Vênus relata que:

“Eu pretendo fazer isso, mas falta um documento que ainda não consegui da minha faculdade. Mas eu me informei na reitoria do estado e eu sei quais documentos que eu devo ter... mas falta só um documento, mas a primeira etapa é numa plataforma que eu devo abrir o processo e enviar os documentos. Por causa desse documento ainda não iniciei a validação, mas pretendo fazer” (Vênus, haitiana).

Na mesma seara das dificuldades encontradas por elas, percebemos certa precariedade do Estado em ofertar políticas públicas de assistência às populações migrantes, pois tanto a regularização migratória, como os cursos de língua portuguesa foram oferecidos pela OSC. A obtenção da documentação de Lua e Dalva foi possibilitada

junto da Cáritas – organização humanitária ligada à Igreja Católica, e Lua também aprendeu português por meio de uma OSC liderada por uma pessoa migrante.

De fato, a barreira com a língua portuguesa foi um assunto trazido pelas migrantes, e todas reiteram as adversidades diante de uma língua que não era a delas:

“[...] português a gente não entendia nada, nada, nada, eu fiquei quase deprimida porque eu não podia conversar, somente com as meninas [haitianas] que eu podia conversar, com outras pessoas não podia. Também me achar nas aulas do mestrado, e nisso eu fui online, eu não podia participar das aulas, eu não estava bem... eu fiquei muito, muito, muito frustrada porque não podia interagir com os professores e com as colegas” (Vênus haitiana).

“É porque o Brasil é um país muito acolhedor e ele, se você não sabe falar, ele ajuda, não é? [...] muito acolhedor, muito boa gente, então, foi uma dificuldade, mas eu sou uma pessoa que não falo muito, mas me faço entender e falava alguma coisa, fazia minhas coisas para me entenderem” (Lua, colombiana).

“A gente tem frio, a gente tem fome, a gente dorme no chão”. Ou seja, eu perdi tanto, amiga, foi difícil, difícil porque o principal é assim, eu falo do monstro que eu encontrei, foi não saber falar português. Então, eu queria trabalhar, e eu não sabia como, por onde começar. Eu tinha fome e não sabia como pedir” (Terra, venezuelana).

Para vencer os desafios da língua portuguesa entre a comunidade venezuelana, em um grupo de *WhatsApp* com mais de 200 venezuelanas(os), ela envia vagas de empregos, além de oferecer seu trabalho como professora para ensinar a língua portuguesa às crianças e ofertar reforço escolar no contraturno da escola. Sobre isso, Terra revela que mantém o diálogo com as crianças em espanhol, na tentativa de: “[...] resgatar a nossa identidade nacional e nosso acervo cultural”, conservando a culturalidade do país natal.

Os processos migratórios também revelam uma das opressões sofridas pelas migrantes negras, que são as expressões do racismo, o que demonstra que essas violências estão presentes em países marcados pela colonialidade, como é o caso do Brasil e de Cuba:

“Eu comecei a entender sobre racismo aqui [...] E ele me fez ver coisas que vivi em Cuba e que eu vi, assim, “gente, é isso! É racismo, machismo”. Sou uma negra em um tipo de direção. Eu era a única negra, eu e o técnico. Eram dois técnicos negros. Eu, a única professora negra. Os outros eram brancos” (Dalva, cubana).

Além do racismo, Dalva relata os seus enfrentamentos para ser cientista tanto em Cuba, como no Brasil, pois tendo sido formada em uma área predominantemente masculina, a Física, enfrentou o machismo desde o seu país:

“Vou fazer o mestrado. Vocês não me deixam, mas eu quero ir. Estou disposta a deixar tudo porque... Eu quero fazer o mestrado, quero fazer doutorado, quero continuar a pesquisa acadêmica” (Dalva, cubana).

Com isso, percebemos que os processos migratórios são permeados por opressões que, infelizmente, as acompanham desde o país de origem até o Brasil. Quando em território brasileiro, podem enfrentar a fome, o desemprego, as dificuldades com a língua portuguesa e validação de diplomas, e as violências de cunho racista e xenofóbica. Contudo, são persistentes em seus desejos a mobilizações para continuarem suas trajetórias, tendo o cuidado como centralidade para enfrentar as opressões.

4.2. Fronteiras tortuosas: o cuidado como enfrentamento das opressões

Este item analisa o cuidado como enfrentamento das opressões nos processos migratórios, entendendo a importância do cuidado de si, das relações familiares e comunitárias para a manutenção de suas vidas e o direito à migração.

Ao chegarem ao Brasil, foram comuns os adoecimentos relativos ao processo de migração, que produzem impactos na vida e na saúde das pessoas. Ouvimos as dificuldades de adaptação da língua e da cultura, mas também as ausências do convívio familiar e de amigos:

“A outra coisa, de pronto foi deixar sua família, é sentir saudade da comida, sentir saudade do seu país. É difícil, não é?” (Lua, colombiana).

“Então, eu vi aquelas crianças que chegaram comigo, né? Com seus pais e eu falava isso assim: “Se meus filhinhos também estivessem aqui, olha quanta coisa para eles, roupa, comida, calçado. Passeio”. Só felicidade, amiga, para essas crianças. Então no meu coração, sabe, como você vê uma criança comer, e você sabe que o seu está comendo? Então, foi bastante difícil digerir aquilo. Depois, no tempo amiga, começaram me ajudar, né? Para fortalecer com essa tristeza, essa necessidade, essa saudade pelos meus filhos e a vida começou a ir, eu comecei a fazer curso, comecei a me empoderar, comecei a ressurgir, eu tenho que lutar, eu não posso deixar-me cair no chão. E nas noites, eu chorava, de dia eu lutava que eu falava “Eu vou lutar, eu vou sair na frente, eu vou conseguir”. Eu tive encaminhamento psiquiátrico, psicológico. Eles viram que eu

chorava muito, e eu só falava para a psicóloga, que a única coisa que eu queria era ter meus filhos comigo porque eu achava que não ia haver mais jeito” (Terra, venezuelana).

“E o apoio é muito importante porque quando você vem em um lugar e não conhece ninguém, ninguém está te apoiando, essa pessoa pode ficar doente. Eu estou falando pela minha experiência. E eu me lembro um dia que eu falei com a minha orientadora que eu fiquei no meu quarto e não podia sair, eu disse a ela que eu sinto que a minha cabeça quer explodir porque ficar no meu quarto é muito ruim para mim” (Vênus, haitiana).

A fala de Terra: “eu tenho que lutar, não posso deixar-me cair no chão” expressa as suas articulações para não se deixar adoecer, já que as mudanças e as ausências familiares influenciaram o seu bem-estar e provocaram a necessidade de procurar auxílio médico e psicológico. Fica evidente que sair de seu país em busca de melhores condições de vida e de trabalho trouxe repercussões para a sua saúde física e mental, especialmente ao relatar a ausência do convívio familiar com seus filhos. Associado a isso, é preciso compreender que o fato de ter vivido as experiências de uma migração forçada a fez se deslocar a pé até o Brasil, adentrando por Roraima, vivendo todas as adversidades da fome, do frio, do calor e da vida difícil morando nas ruas. Aqui percebemos que, ao mesmo tempo em que ela recebe cuidado especializado, é na ausência do seu cuidado para com seus filhos e familiares que ela se ressentida e adocece.

Face aos obstáculos de adaptação e das saudades do país e da família, Vênus teve o cuidado prestado pela sua orientadora da universidade, que a levou para um encontro com haitianas(os) em uma feira com comidas típicas: “Eu encontrei haitianos, eu fiquei muito feliz com a minha comida haitiana porque fazia muito tempo que eu não comia a comida haitiana”. Percebemos com isso que a presença do cuidado feito pela professora favoreceu a sua saúde.

Isso mostra o quanto o cuidado é central na vida destas mulheres, pois Terra ressalta a sua alegria ao chegar na cidade do Rio de Janeiro, via Operação Acolhida⁷, e se estabelecer em uma OSC:

“E assim foi, nos levaram para casa. Muito bonita. Eu não podia acreditar no sonho, não é? De dormir de novo, alguma cama, de ter um quarto para mim e para meu filho.

⁷ Operação acolhida é uma estratégia humanitária do governo federal, implementada em 2018, para acolher pessoas venezuelanas que chegam pelo Estado de Roraima. Uma das finalidades é a integração social de venezuelanas(os) em outros locais do país. Fonte: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>.

De que me viram nos olhos, de que me tratassem com tanta dignidade” (Terra, venezuelana).

Ter onde dormir e o que comer é um cuidado recebido que demonstra a gravidade da vulnerabilização vivenciada antes e durante o processo migratório. Terra sente-se agradecida por uma nova trajetória que se inicia, não sem desafios.

Com relação ao cuidado familiar, das quatro migrantes, Dalva é a que mais se ressentem em não poder visitar o país e seu pai que está com 82 anos, pois voltar a Cuba não é possível, o que a impossibilita de estar perto da sua família e prestar cuidado. Um dos pontos que destaca é sobre as dificuldades em manter contato mesmo que a distância, pois a comunicação em Cuba é difícil: “Porque não tem internet assim, disponível para todo mundo e tem que comprar. E é caro, é caro mesmo. Tem que recarregar o celular e é muito caro, muito caro” (Dalva, cubana).

Outra questão é sobre a necessidade de uso de medicamentos por seu pai e irmã, pois não são fáceis de encontrá-los em Cuba. Portanto, há uma série de ações por parte de Dalva para que ela os envie a sua família, como a interlocução com brasileiras(os) que vão ao seu país para que os levem:

“[...] e agora estão indo os brasileiros, colegas [...] da minha filha e eles vão tentar levar algumas coisas. Inclusive a gente comprou algumas coisas que não sei se vão poder levar. Eu comprei equipamento de pressão, equipamento para medir a glicose e não sei se vão poder levar” (Dalva, cubana).

No que se refere ao cuidado, Terra, além de se preocupar com a manutenção e o resgate da sua cultura com crianças venezuelanas e indicar curso de português às suas conterrâneas(os), verbaliza que ajuda outras mães venezuelanas a interagirem com a direção da escola de suas filhas(os), sobretudo quando as crianças sofrem racismo e/ou xenofobia:

“Você vai lá e vai falar com a diretora’. Talvez ela esteja ciente disso, porque ela falava ‘É só brincadeira de criança’. Olha a brincadeira de criança aí. Eu falei ‘não, se ela não aceitar, a outra diretora, a gente vai na [coordenadoria regional de educação], porque eu vou com você e eu vou com você’”. (Terra, venezuelana).

“No ano passado, a professora de Geografia falou em aula para minha filha que a economia do país estava pelas últimas, devido ao alto índice de imigrantes aqui no Brasil. Aí minha filha falou “mãe, eu queria parar e falar e dizer tudo, porque a senhora trabalha

e a senhora está contribuindo com o país, não é? E ela falou que todos os salários-mínimos estão assim por conta de tantos estrangeiros no país e por isso está pagando R\$1.200” (Terra, venezuelana).

A indignação de Terra ao sentir as violações de direitos como migrante a faz tensionar a comunidade escolar e orientar suas conterrâneas a reconhecerem seus direitos. Também discute com a sua filha jovem o caso de xenofobia vivido no espaço escolar, apontando a violência sofrida e os deslocamentos como um direito humano. Estas situações de cuidado, ou seja, de mostrar e garantir o direito de migrantes, fazem dela uma liderança comunitária, tendo como centralidade, em suas atitudes, o cuidado com outras migrantes. Nesses atravessamentos, ela cuida para que a sua cultura, língua, origens, raízes e direitos sejam garantidos não somente a ela, mas a todas as pessoas que estão na mesma situação de ser migrante.

Terra também traz o cuidado que realiza com as mulheres que sofrem violências, com olhar atento para reconhecê-las e, simultaneamente, fazer com que elas busquem auxílio:

“E temos mulheres que estão sendo maltratadas, e elas estão caladas, então a gente tem que ser muito... tem que ter muita dinâmica para isso, para daí ela entender o que ela tem que fazer para sair desse fundo do poço” (Terra, venezuelana).

Vênus, como migrante e enfermeira, reflete sobre o cuidado em saúde de haitianas(os) no Brasil e faz uma crítica à automedicação entre este grupo e a morosidade para se conseguir consultas, cirurgias ou exames no Sistema Único de Saúde (SUS). Também aponta as discriminações xenofóbicas e violências raciais que sofrem no sistema de saúde, evidenciando o comprometimento do cuidado a ser recebido por seus conterrâneos:

“Então posso dizer que eu também tenho uma certa resistência dos profissionais de saúde em relação aos imigrantes Haitianos, porque sabem que a nossa cor, nossa pele, nossa língua e o nome, porque ele pensa que os haitianos vão roubar o trabalho deles e invadir o SUS, é muito complicado” (Vênus, haitiana).

No caso de Terra, tensionar pessoas e lugares para que os direitos individuais e coletivos de migrantes sejam reconhecidos é central no seu fazer cotidiano. A partir disso, diz que se sente “empoderada” e muito bem-sucedida, dando forças para que outras venezuelanas busquem seus direitos: “E eu estou aqui para demonstrar a luta da mulher empoderada. Eu me sinto assim, eu me sinto empoderada. Eu me sinto feliz, eu me sinto muito bem-sucedida” (Terra, venezuelana).

Da mesma maneira, Lua diz que:

“As águias não ficam olhando para o chão. As águias sempre estão no céu, e elas vão fazer seu caminhar, elas não ficam olhando para ver o que aconteceu lá, não. Elas estão em sua coisa, então eu tenho a visão, então eu quero trabalhar, quero ser uma mulher empreendedora” (Lua, colombiana).

Também foi comum ouvir destas mulheres os sentimentos de amor e alegria ao realizarem o trabalho de cuidado. Vênus relata que, na enfermagem, encontrou um caminho para “ajudar a cuidar das pessoas”, tendo gostado muito da profissão. Na mesma seara, Terra verbaliza o seu amor pela docência:

“Eu sou uma docente formada para ensinar. Para ensinar valores, para ensinar com amor com cuidado. E com esse profissionalismo que deve caracterizar todos os profissionais do mundo. Reconhecer o que a gente faz com paixão, com amor e com muito profissionalismo, conhecimento” (Terra, venezuelana).

Durante a negociação da entrevista com Terra via contato telefônico, a primeira autora pôde perceber, ao fundo da conversa, barulhos e conversas de crianças. Sem precisar perguntar quem eram as crianças, ela sinalizou serem filhos de um casal que, naquele momento, estava indo viajar para a França, pois eram provenientes deste país. Ao ser indagada se ela falava francês, ela disse que não, mas que interagiu com elas através da “linguagem do amor”. Outro cuidado despendido por ela é com relação à alimentação da sua terra natal como uma forma de manter as suas “raízes”:

“Nossa comida, nossas bebidas venezuelanas, nosso dia a dia, é assim, algo, que olhe nosso falem e eles riem muito, eles se divertem, eles até choram. Porque este sentimento na Venezuela. Então a criança me fala “Oi tia, você me fez lembrar minha avó”. “Você me fez lembrar o docinho que minha tia faz lá”. Então, é importante, entende? Não faço para que eles chorem, não faço um docinho para chorar. É só para lembrar que eu sou venezuelana e que minha cultura está viva, porque a cultura para mim é vida” (Terra, venezuelana).

O que esses depoimentos demonstram são as complexas relações sociais, as diferentes formas de opressões sofridas pelas migrantes, assim como os seus enfrentamentos e os envolvimento materiais e afetivos que elas vão agenciando nos processos de migração. O cuidado garante a manutenção cultural e afetiva de seus saberes entre família e grupos, e é por meio dele que as migrantes tentam se integrar no mercado de trabalho.

4.3. “Porque se você não trabalha, você não come”: o cuidado como subsistência econômica e familiar

Neste item apresentamos o trabalho de cuidado entre as migrantes como aquele que garante a subsistência econômica e familiar. O trabalho de cuidado é desempenhado por todas as migrantes. No entanto, Lua, Terra e Vênus seguem o caminho profissional onde o cuidado é central, pois são trabalhadoras do setor alimentício, da assistência social e da docência e da enfermagem, respectivamente. Dalva, embora tenha uma carreira na área das ciências exatas, sinaliza o cuidado com o seu neto pequeno que mora com ela.

Lua, ao chegar ao Brasil, perante a necessidade de trabalhar para a subsistência econômica, começou a preparar comidas típicas colombianas e venezuelanas e passou a vendê-las em feiras típicas de migrantes e através de aplicativos de alimentação. Neste trabalho, relata as suas inúmeras dificuldades, como os períodos em que não consegue vender devido à chuva, aos meses de inverno e às ações da prefeitura que coíbem a presença dela e de outras vendedoras nas praias, dentre outras. Portanto, uma das formas que encontra para a garantia da renda familiar é a realização de faxinas:

“Sim, e eu faço faxina também, muitas vezes eu faço faxina, né? Porque é às vezes como eu falo, a chuva e coisas que impedem manter uma renda fixa para nós pagarmos aluguel e internet, então a gente... Tenho pessoas que me conhecem, né? “Ah, você faz faxina na minha casa?” “Eu faço” [...] porque como eu falo, quando tem chuva, a gente não trabalha porque o trabalho praticamente quando temos barracas, com gente assim, que trabalha na praia e se tem chuva, eu não vou trabalhar. Então me chamam para uma faxina eu vou, eu vou fazer” (Lua, colombiana).

Lua também enfatiza que estuda estratégias para conseguir produzir a sua comida em locais onde não tem recursos materiais, como quando em feiras não é possível levar sua fritadeira e ao escolher os locais para a compra de produtos alimentícios a preços mais acessíveis, já que nem sempre consegue se deslocar, pela questão do tempo despendido, aos locais onde os produtos são mais baratos:

“Se eu tenho que ir ao [mercado de produtores], não tenho tempo para fazer minhas marmitas. Então, essa é a dificuldade muitas vezes, de nós empreendedores, que não tem como. Então, a gente está estudando essas coisas, porque se eu tenho tempo para produzir, muitas vezes não tenho tempo para vender” (Lua, colombiana).

Outro ponto trazido por Lua é sobre o tempo de preparação dos alimentos, pois, antes dos dias de feira, chega a preparar tudo com dois dias de antecedência, o que, por vezes, a deixa cansada:

“Muitas vezes, a gente não dorme, a gente fica toda à noite cozinhando antes da feira. Mas não é que a gente fique sofrendo, 'ah porque você não dormiu', não. Você faz com maior prazer, você faz toda a noite, cozinha, você chega à feira, monta quando você chega lá e pensa em fazer um patacones, chega uma pessoa e fala 'Ah, que coisa mais gostosa'. Aí você esquece tudo o que aconteceu os dias passados e você fica feliz vendo que a pessoa está vendo o seu produto e está ficando maravilhado. [...] A gente sabe que está fazendo algo maravilhoso para nós e para outras pessoas, mostrando nossa cultura, mostrando nossa gastronomia, nossos produtos” (Lua, colombiana).

Percebemos o quão contraditório é o trabalho de cuidado feito por ela. Mesmo diante do reconhecimento do seu trabalho, as demandas das atividades a deixam cansada. É ela quem nos sinaliza: “Bom, então é porque é difícil, não é? Porque eu acho que para nós, tanto para mim, quanto para qualquer pessoa, é muito difícil, porque se você não trabalha, você não come” (Lua, colombiana). Outro ponto destacado por ela é que o fato de estar em uma atividade predominantemente informal não a permite ter uma reserva econômica no caso de um adoecimento, embora seus filhos contribuam com a renda familiar, especialmente a sua filha, por ter carteira assinada com direitos trabalhistas. Importante dizer que, na entrevista, foi esse o único momento em que ela se emocionou, dizendo ter ficado emotiva por pensar nas pessoas que não têm o que comer ou onde morar.

Assim, percebemos que uma das preocupações relacionadas ao trabalho informal se dá porque é uma função que resolve a emergência: é preciso trabalhar para comer, mas esse trabalho não viabiliza a possibilidade de juntar economias para cobrir alguma intercorrência. É pelo trabalho que Lua descreve a possibilidade de garantir o que comer e o que lhe causa emoção quando pensa nas pessoas que passam fome.

Apesar de Dalva não ser uma profissional do cuidado, ela fala do trabalho remoto no período da pandemia e da sobrecarga do trabalho doméstico. Com o nascimento de seu neto, teve que cuidar da sua filha, que fez cesariana e, no período da entrevista, verbalizou sobre esse cuidado:

“Às vezes a gente tem que se dividir mesmo porque sempre tem alguma coisa que passa o horário. Mas a gente se divide aqui para sempre ir à procura dele no momento,

na hora. Até agora está dando certo, mas às vezes dá dor de cabeça, todo mundo tem que saber o que todo mundo faz, se pode, se não pode. A gente sempre está lançando alertas de quem pode pegar [o neto], quem pode levar. Esta semana, por exemplo, eu não consegui. Eu saía cedo para o centro e voltava à noite, então essa semana foi uma correria” (Dalva, cubana).

Embora seu neto esteja na primeira etapa da Educação Básica, que é a Educação Infantil, a creche por si só não garante o cuidado integral com os filhos. Ou seja, aos finais de semana e em momentos em que há adoecimento de crianças, sobretudo, as mulheres tendem a negociar com quem deverá ficar a responsabilidade do cuidado.

Terra, como assistente comunitária, sinaliza que o cuidado é central nas suas ações, pois, além de acolher e identificar as famílias venezuelanas em situação de vulnerabilização, participa de atividades referentes às documentações jurídicas para a comunidade, mas também de programas de formação profissional a venezuelanas(os), com vistas à empregabilidade:

“Um trabalho que [...] estou amando, todos estes dias é só formação, é só formação. Do ponto de vista, digamos, de digital, aprender, usar os computadores [...] como colocar toda a informação no computador, nos programas, como ampliar isso, aquilo, o que significa essa informação, o que não devo colocar. Você já sabe. Então todo esse tipo de trabalho, a gente está aprendendo através dessas formações profissionais. E eu estou feliz, porque eu vou trabalhar dentro do bairro. Eu já conheço o perímetro. A gente já fez um mapeamento. A gente já conhece. Identificou famílias. Até agora teremos 94 famílias identificadas no local, 16 são brasileiras. Podemos colocar famílias brasileiras, mas que, digamos, realmente precisam, porque o projeto está aberto para famílias venezuelanas em estado de vulnerabilidade. Sabe como? Então, a gente passa a acolher e fortalecer a família através desse projeto maravilhoso” (Terra, venezuelana).

Em suas trajetórias, o cuidado aparece como subsistência econômica e familiar, mas também como atividades comunitárias para auxiliar suas(seus) conterrâneas(os) a vencerem os desafios dos processos migratórios.

5. Discussão

A partir da colonialidade do gênero (Lugones, 2020), que foi acentuada no processo da colonização da América Latina, estabelecendo um “novo padrão de gênero” (Lugones, 2020), produziram-se as opressões que são marcas históricas que aparecem no cotidiano das vidas das mulheres, sendo as negras, indígenas e as mais pobres as mais impactadas

pelo racismo, classismo, xenofobia e machismo. Assim, é de extrema importância a interseccionalidade, como ferramenta analítica dos processos históricos e sociais (Collins e Bilge, 2021).

Essas afirmativas são expressas pelas experiências das quatro migrantes, pois todas apontam as dificuldades no processo de migração ligadas às opressões estruturais de raça/etnia, gênero, nacionalidade e classe social de maneira indissociável à mudança de país, ou seja, existe uma dinâmica de interdependência entre os sistemas de opressões que determinam suas experiências enquanto mulheres migrantes negras e pobres (Andrade et al. 2022; Andrade, 2023; Collins e Bilge, 2021; Garcés-Estrada et al., 2021; 2021). É a partir do trabalho de cuidado que elas avançam face às opressões, buscando agenciamentos para vencer as dificuldades no mercado de trabalho, com a língua portuguesa e a validação do diploma, encontrar novos empregos, estudar ou cuidar da família que permanece no país de origem ou no Brasil.

Apesar do trabalho de cuidado ser desvalorizado no mercado devido à exploração capitalista, que subalterniza o trabalho de mulheres, sobretudo as negras, indígenas e migrantes (Andrade, 2023, 2023; Hirata, 2022), ainda assim, ele é visto como uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho, especialmente pelas mulheres que se deslocam forçadamente em busca de melhores condições de vida (Andrade et al., 2022; Garcés-Estrada et al., 2021; 2022), como são os casos de Terra e Lua. Diante da crise econômica e política na Venezuela, a saída de Terra esteve marcada pela precariedade da vida familiar, tentando, no Brasil, a inserção no mercado de trabalho como professora, porém, sem êxito.

A partir das histórias das quatro migrantes, verificamos que há uma série de precariedades para a efetiva inclusão de pessoas migrantes, assim como a ausência e/ou a morosidade da efetivação de políticas públicas específicas, a despeito da legislação migratória brasileira (Brasil, 2017) ser considerada uma das mais avançadas. A essa dificuldade, atribuímos a parca capacidade do Estado em garantir políticas públicas para migrantes, especialmente aquelas que se referem à educação, trabalho, saúde e assistência social. Em pesquisa brasileira sobre o mercado de trabalho de migrantes foram encontradas as poucas oportunidades de emprego, as exigências de experiências anteriores e as diversas dificuldades na validação de diplomas e com a língua portuguesa, quer seja pelo alto custo e/ou pelos impasses burocráticos (Andrade et al., 2024).

Em se tratando das dificuldades com as barreiras linguísticas e culturais, no Brasil, tem-se buscado implementar estratégias para os seus enfrentamentos, já que tramita o

Projeto de Lei nº 5.182/2020 que visa tornar “obrigatória a inserção de tradutor e de intérprete comunitário em ambientes institucionais para prover assistência linguística a todas as pessoas que não falam português brasileiro” (art. 1º), dando corpo a uma política pública de mediação intercultural em todas as esferas do estado brasileiro, visando garantir o acesso a direitos em esferas como saúde, assistência jurídica e educação (Brasil, 2020).

Ainda sobre as dificuldades linguística e cultural vividas pelas migrantes, para Gloria Anzaldúa, a língua reflete um modo de viver que se conecta com a identidade de pessoas e grupos, reiterando a afirmativa: “eu sou minha língua” (Anzaldúa, 2016, p. 111 – tradução livre). Além disso, demonstra o que chama de “terrorismo linguístico”, que se relaciona à subalternização da cultura e de saberes, afirmando que “Os ataques repetidos contra nossa língua nativa debilitam nosso sentido de nós mesmos. Os ataques continuam ao longo de nossas vidas” (Anzaldúa, 2016, p.110 – tradução livre).

Logo, para as migrantes, a língua é uma forma de comunicação para atender às suas necessidades básicas (comer, se fazer entender, trabalhar etc.), mas também uma estratégia para interagir com pessoas da mesma nacionalidade com vistas à manutenção de vínculos e de ligações afetivas, assim como de manutenção de sua cultura viva. Se, por um lado, a língua é uma barreira, também é por meio dela que Terra consegue interagir com seus e suas conterrâneas(os), exercendo o cuidado comunitário (hooks, 2019a; 2019b).

Este cuidado permeia a vida dessas migrantes, pois há resistências e agenciamentos face às opressões que sofrem (Lugones, 2014). Isto está bem-posto nas atividades de Terra, que, ao tentar manter as suas raízes por meio da língua espanhola, constrói com as crianças venezuelanas a manutenção dos conhecimentos linguísticos e culturais. Apesar de as fronteiras linguísticas fazerem parte da vida, ainda assim, é possível reaproximar a cultura e a língua entre as pessoas em deslocamentos (Anzaldúa, 2016).

Outro aspecto que se coaduna com o cuidado comunitário (hooks, 2019a; 2019b), é a divisão racial e sexual do trabalho de cuidado em uma sociedade marcada pelo racismo e sexismo, pois a sociedade capitalista dos países colonizados historicamente separou o trabalho de acordo com o gênero e raça/etnia. Ou seja, ao explorar o trabalho de mulheres negras na esfera doméstica com baixos salários e sem vínculos trabalhistas, colocando-as a serviço da branquitude, elas nem sempre conseguem ascensão social para galgar outros postos de trabalho. Consequentemente, são as pessoas brancas – homens

e mulheres – que estão nas posições de maior destaque no mercado de trabalho (hooks, 2019a; 2019b; Collins, 2019; Gonzalez, 2020; Bento, 2022).

Portanto, as dificuldades das migrantes envolvem o processo colonialista da divisão racial e sexual do trabalho de cuidado (Gonzalez, 2020), mostrando que, não sem razão, enfrentam os dissabores para a integração nesse mercado, como a validação do diploma e as discriminações raciais e de nacionalidade, fazendo com que tenham empregos precarizados como babás ou façam faxinas, como é o caso de Terra e Lua, respectivamente. Será que, se fossem migrantes brancas e/ou do Norte Global, teriam os mesmos desafios em suas trajetórias?

Outro achado na pesquisa, diz respeito ao fato de que nem sempre essas migrantes conseguem receber ou exercer o cuidado de si e familiar, devido à falta de rede de apoio ou de ações estatais – situação corroborada por Dalva. Paula Dornelas (2022) ressalta que:

“Em muitos casos, essas tarefas são exercidas de modo desigual pela ausência de responsabilidade de outras pessoas (como no caso das mulheres que são mães solo) ou pela distância física de redes de apoio e confiança, o que acaba gerando sentimentos de solidão e sofrimento” (p. 127).

É comum que as migrantes utilizem o cuidado à distância (Dornelas, 2022; Garcés-Estrada et al., 2021; Hernández e Tavira, 2016), pois, perante a impossibilidade de estar com a sua família, elas exercem o cuidado possível ante o fato de não poder estar presencialmente com seu pai e irmã, formando alianças e construindo redes por meio de pontes que, estrategicamente, possibilitam que o cuidado atravesse ilhas e cruze mares (Anzaldúa, 2021).

No caso de Dalva, ela se articula para que pessoas conhecidas que vão até Cuba possam levar as suas encomendas, o que nem sempre é garantido, já que é incerto que estes medicamentos passarão pela alfândega cubana. Portanto, é comum que, não sendo possível visitar a família na terra natal, mulheres gerenciem o cuidado familiar à distância, fazendo com que se sintam mais próximas por meio de telefones ou redes sociais (Dornelas, 2022; Hernández e Tavira, 2016). Ou seja:

“[...] é marcante como o cuidado para as mulheres opera de modo transnacional, por meio de processos que envolvem a preocupação, culpa, envolvimento e responsabilização pelo provimento de cuidado aos pais e familiares idosos que estão no país de origem (Dornelas, 2022, p. 115).

A perspectiva materialista de exploração do cuidado não deixa de ser importante para compreender como as migrantes enfrentam desafios face à sua execução gratuita na esfera privada e familiar e à má remuneração no mercado de trabalho (Andrade et al., 2022; Hirata, 2022). Esta afirmativa é corroborada pelo fato de que, diante da dificuldade de se estabelecer como professora no Brasil, Terra vê a necessidade de ser babá para obter uma renda familiar. Lua, que não possui o nível superior, trabalha com a feitura e a venda de comida típica colombiana e venezuelana e, quando não consegue obter renda neste trabalho, faz faxinas, o que demonstra a precarização das relações de trabalho.

Percebemos o quão complexas são as relações que elas mantêm para o exercício do cuidado. Se por um lado, elas usam o cuidado comunitário atrelado ao “amor” (bell hooks, 2019a; 2019b) para a manutenção da artesanaria da comida (Dias, 2023), da cultura e da língua do país de origem, por outro, são elas também que lidam com as dificuldades de conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo (Andrade, 2023), como apontado por Dalva que cuida de seu neto.

Sendo assim, o cuidado é essencial às relações sociais, à manutenção e à reprodução da vida. No entanto, ele não deixa de ser uma atividade que oportuniza a exploração do trabalho gratuito e precarizado exercido pelas mulheres que sofrem com as opressões de raça/etnia, gênero, nacionalidade, dentre outras (Andrade, 2023; Dornellas, 2022; Garcés-Estrada et al., 2021; 2021) que, como apontam as migrantes entrevistadas, fazem dele um caminho para a solidariedade e para o exercício da cidadania e direitos humanos.

Apesar destas migrantes se sentirem bem e “empoderadas” no cuidado prestado à comunidade com a qual trabalham, é preciso pontuar as falácias dos discursos e da materialidade do empreendedorismo na sociedade capitalista. Nesse sentido, concordamos com Andrea Cornwall (2018) ao discutir que este conceito está reverberando há anos nas instituições, corporações e bancos internacionais, OSC e entre as mulheres, colocando-as, muitas vezes, como aquelas que trarão resultados para o desenvolvimento social e político e para o crescimento econômico. Entretanto, o peso adicional do trabalho para “empreender”, somado às atividades reprodutivas das mulheres, parece não considerar a sobrecarga cotidiana tão presente em suas vidas. Portanto, é preciso que se pense em mudanças estruturais e significativas que retirem as mulheres das situações de desigualdades e opressões em uma sociedade marcada pelo neoliberalismo (Cornwall, 2018).

Um outro achado da pesquisa diz respeito às violências contra as migrantes. Vivenciá-las nos espaços públicos no Brasil não é incomum, como aponta a pesquisa de Dornelas (2022), ao mostrar o racismo vivenciado pelas mulheres negras e as discriminações por serem migrantes. Contrapõem-se, assim, o cuidado cotidiano e inventivo, em rede e não especializado, segundo a racionalidade científica hegemônica, promovido pelas migrantes, e o cuidado precarizado, permeado de preconceitos e percalços no acesso e permanência aos serviços de saúde e de educação, garantido pela legislação migratória brasileira.

O que fica evidente nas histórias de cuidado que elas protagonizam é que, ao mesmo tempo em que buscam compreender e enfrentar as violências sofridas pela comunidade migrante, também se sentem importantes e veem sentido nas ações que realizam, como é o caso de Terra que sensibiliza outras mulheres migrantes e familiares a compreenderem que sofrem xenofobia. Nesse sentido, fazer esses enfrentamentos diante de uma estrutura racista, sexista e machista é um agenciamento (Lugones, 2014). Essas estratégias de agenciamentos são exercidas pelas migrantes, sobretudo por Dalva, pois se deslocou de Cuba para o Brasil para que seu desejo de ser cientista fosse concretizado; Terra dialoga com as instituições educativas para que suas conterrâneas, especialmente as crianças não sofram xenofobia, reiterando que migrar é um direito.

Chamamos a atenção para a experiência de Terra quando verbaliza o não cuidado às pessoas migrantes nas fronteiras brasileiras, como a necessidade de morar nas ruas e passar fome. Associado a isso, infelizmente, têm sido comuns os relatos de violências em abrigos humanitários, a exemplo dos sentimentos de insegurança e medo, com a presença do crime organizado e violências, como a sexual e de gênero, fazendo com que famílias optem por ficar nas ruas, por considerá-las mais seguras (Custódio, 2024). Neste sentido, garantir condições dignas de vida e de trabalho a essas mulheres é primordial e urgente.

Como limitações da pesquisa, entendemos que o pouco número de entrevistadas não permite generalizações, embora os achados corroborem os percursos e percalços das migrantes relativos ao trabalho de cuidado (Andrade et al., 2022; Andrade, 2023; Andrade et al., 2024; Dornelas, 2022). Entretanto, os resultados podem e devem ser considerados para as políticas de cuidado e a perspectiva migratória, assim como para o avanço das pesquisas.

6. Conclusões

Ao trazer as vivências das migrantes entrevistadas, conseguimos perceber o quanto o trabalho de cuidado é complexo, uma vez que é uma dinâmica que envolve ações do cuidado de si, familiar e comunitário, como bem-posto por bell hooks (2019a; 2019b). O cuidado circunda as estratégias para a manutenção da cultura e da língua e os enfrentamentos face às violências que sofrem, encontrando nele uma forma de subsistência econômica e familiar. Ao mesmo tempo, ele é realizado de modo intenso, demandando preocupações, interações sociais, trabalho físico e tensionamentos para que tenham direitos como migrantes, a despeito das precarizadas condições de trabalho e das violências raciais e xenofóbicas, além do sexismo e do machismo.

Em vista disso, concordamos com Anzaldúa (2021), que, ao acionar a mestiza como o sujeito intersticial do feminismo contemporâneo, cuja identidade é processo e a subjetividade é nomádica, mostra as diversas inscrições socioculturais e as relações de poder nos terrenos da diferença. A mestiza recusa-se ao encerramento na política identitária, que reduz subjetividades complexas a categorias fixas, desconectadas entre si, propondo a articulação desta política com alianças, lançando mão de estratégias flexíveis e transitórias, de acordo com as circunstâncias, ou seja, construindo pontes. É, portanto, no cruzamento das opressões que se reproduzem a pessoas ou grupos, mas é também um local onde podem ser produzidas distintas formas de resistências.

Nesse sentido, as migrantes que participaram deste nosso encontro mostraram o quanto há de resistências diante das opressões, sendo o cuidado um desses artifícios. É por meio do fortalecimento comunitário, de iniciativas individuais e coletivas e da ética da solidariedade que se abrem espaços, provocando deslocamentos, tensionando os espaços de poder e abrindo pontes. São elas também que estão à frente dos movimentos sociais para a luta de direitos como migrantes latino-americanas livres de todas as formas de violências, apontando a necessidade de políticas públicas eficazes para as pessoas em mobilidades.

Financiamento: O artigo é resultante de uma pesquisa institucional desenvolvida pelas autoras, com financiamento do Inova/Fiocruz e CNPq/Ministério da Saúde/Decit.

Referências

Agência Senado. (2023, 17 de abril). Luta por direitos das domésticas é permanente, dizem debatedores. Senado Federal.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/17/luta-por-direitos-das-domesticas-e-permanente-dizem-debatedores>

Andrade, C. B. (2023). Trabalhadoras migrantes latino-americanas e violências: Rumo a uma visão interseccional? *Ciência & Saúde Coletiva*, 28, 3279–3285.

<https://doi.org/10.1590/1413-812320232811.16622022>

Andrade, C. B., Ribeiro, F. M. L., Mendes, C. H. F., Vedovato, T. G., y Santos, D. L. (2024). Migração, saúde e violências: Pessoas trabalhadoras migrantes e refugiadas. En H. Joseph (Ed.), **Migraciones, movilidades, fronteras y salud en la (post) pandemia de Covid-19** (pp. 42–50). CLACSO.

Andrade, C. B., Santos, D. S., Bitencourt, S. M., y Vedovato, T. G. (2022). Migrações, trabalho de cuidado e saúde de cuidadoras: Revisão integrativa. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 47, e10. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000007020>

Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: Uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo (E. Marco, Trad.). *Revista Estudos Feministas*, 8(1), 229–236. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2000000100012>

Anzaldúa, G. (2016). *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. Capitán Swing.

Anzaldúa, G. (2021). *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. A bolha Editora.

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Brasil. Presidência da República. (2017). Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

Brasil. Senado Federal. (2020). **PL 5182/2020**. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145443>

Collins, P. H. (2019). Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo.

Collins, P. H., y Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.

Cornwall, A. (2018). Além do “Empoderamento Light”: Empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. *Cadernos Pagu*, 52, e185202. <https://doi.org/10.1590/18094449201800520002>

- Custódio, R. (2024, 22 de julho). Operação Acolhida: Relatos de crime, violência e medo em Roraima. Agência Pública. <https://apublica.org/2024/07/migrantes-e-trabalhadores-relatam-violencia-crime-e-medo-na-operacao-acolhida-em-roraima/>
- Dias, C. A. de O. (2023). “Comida é cuidado”: Cartografias interseccionais e decoloniais sobre o trabalho e a saúde das trabalhadoras da comida de rua em Duque de Caxias [Tesis de doctorado, Fundação Oswaldo Cruz]. ARCA Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/61828>
- Dornelas, P. (2022). “Minha família é minha filha”: Cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. PERIPLOS. Revista de Investigación sobre Migraciones, 6(2), 102–131.
- Garcés-Estrada, C., Leiva-Gómez, S., y Comelin-Fornes, A. (2021). Cultura emocional en mujeres bolivianas migrantes circulares en el norte de Chile: Tensiones, resistencias e intersecciones en el trabajo de cuidado. Polis, 20(60), 35–62. <https://doi.org/10.32735/s0718-6568/2021-n60-1658>
- Garcés-Estrada, C., Leiva-Gómez, S., y Comelin-Fornés, A. (2022). Interseccionalidades y trabalho de cuidado: Migração circular boliviana en el norte de Chile. Apuntes, 49(90), 119–145. <https://doi.org/10.21678/apuntes.90.1409>
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. En H. B. de Hollanda (Ed.), Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais (pp. 38–51). Bazar do Tempo.
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos. Zahar.
- Hernández, I., y Távira, N. (2016). El trabajo de cuidado como elemento constitutivo de las comunidades transnacionales en la migración México-EU. Si Somos Americanos, 16(2), 101–126. <https://doi.org/10.4067/S0719-09482016000200004>
- Hirata, H. (2022). O cuidado: Teorias e práticas. Boitempo.
- Hooks, B. (2019a). Anseios: Raça, gênero e políticas culturais. Editora Elefante.

- Hooks, B. (2019b). *Teoria feminista: Da margem ao centro*. Editora Perspectiva.
- Hooks, B. (2022). *Escrever além da raça: Teoria e prática* (J. Oliveira, Trad.). Editora Elefante.
- Kroeff, R. F. da S., Gavillon, P. Q., y Ramm, L. V. (2020). Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 464–480.
<https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. En H. B. de Hollanda y A. Varejão (Eds.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 53–83). Bazar do Tempo.
- Magliano, M. J., y Zenklusen, D. (2021). Las largas trayectorias de cuidado remunerado de las familias peruanas en Córdoba, Argentina. *Polis*, 20(58), 177–197.
<https://doi.org/10.32735/s0718-6568/2021-n58-1583>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. CLACSO.
http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- Santhiago, R., y Sinsom, O. R. de M. V. (2024). O compromisso ético da história oral e a história oral de Olga Rodrigues de Moraes Von Simson. *História Oral*, 27(2), 1–21. <https://doi.org/10.51880/ho.v27i2.1515>
- Sionek, L., Assis, D. T. M., y Freitas, J. de L. (2020). “Se eu soubesse, não teria vindo”: Implicações e desafios da entrevista qualitativa. *Psicologia em Estudo*, 25, e44987. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44987>
- Soares, A. (2012). As emoções do care. En H. S. Hirata, N. A. Guimarães, y A. Fontes (Eds.), *Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care* (pp. 44–59). Editora Atlas S.A.
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: Conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67.
<https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>